



Estratégia

Militares



Estratégia

Militares



BRASIL IMPÉRIO I

CN 2020

Prof. Marco Túlio



O período joanino (1808-1821)

CN 2020

Prof. Marco Túlio

A Transferência da Corte portuguesa para o Brasil

- ❑ Em guerra com a Inglaterra, Napoleão Bonaparte, imperador da França, decretou em 1806 o **Bloqueio Continental**.
 - Visando sufocar a economia dos rivais, proibia relações comerciais da Europa com o país.
 - Seu descumprimento era respondido pela França com invasões.
- ❑ Portugal, economicamente dependente dos ingleses, se viu na impossibilidade de acatar o Bloqueio Continental.
- ❑ Sem condições de resistir a uma invasão dos franceses, o príncipe-regente, D. João, optou por transferir a sede do Império Português para o Brasil.



O fim do pacto colonial

- ❑ Uma das primeiras ações do príncipe-regente no Brasil foi decretar a **Abertura dos Portos às Nações Amigas** (leia-se Inglaterra), em Salvador.

- ❑ Em 1810, criou-se o **Tratado de Amizade, Aliança Comércio e Navegação**, que estabelecia taxas alfandegárias de:
 - 15% sobre produtos ingleses vendidos no Brasil;
 - 16% sobre produtos portugueses comercializados na Colônia
 - 24% sobre produtos vindos de outras nacionalidades.

- ❑ **Extinto o Alvará de 1785** → permitia a instalação de manufaturas no Brasil, mas tal processo foi dificultado pelas vantagens obtidas pelos ingleses.

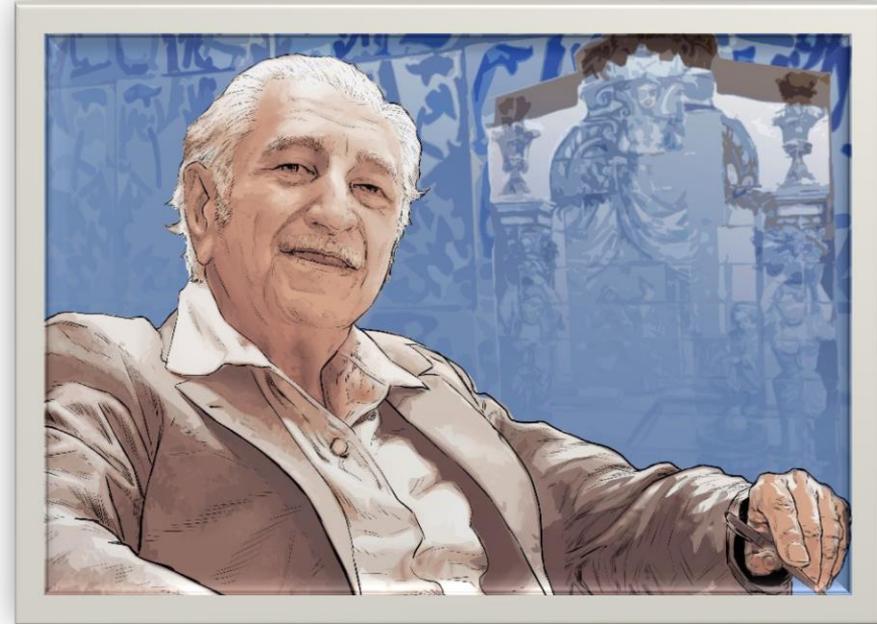


QUEBRA DO PACTO COLONIAL

A “britanização” da economia

Já foi dito, e por um inglês, que tão ávida era naquele tempo a exploração pela Inglaterra dos mercados sul-americanos que tudo mandavam para o Brasil, pouco importando que fossem ou não produtos adaptáveis ao clima ou próprios para as necessidades da gente brasileira. Eram mandados em abundância para o Brasil tropical – agasalhos de inverno, aquecedores, patins para gelo.

*FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil.***



A Corte nos trópicos

- ❑ Recriados órgãos do Estado português no Rio de Janeiro, que passa a ser a sede do Império.
- ❑ Fundação da Academia Militar, da Academia da Marinha, de uma fábrica de pólvora, do hospital, um arquivo militar e o ***Banco do Brasil***.
- ❑ Na área da cultura, foram criadas faculdades de Medicina em Salvador e no Rio de Janeiro; a Biblioteca Real; o Jardim Botânico; Imprensa Régia e a Academia de Belas- Artes. Essa última foi organizada por uma **Missão Artística Francesa**, liderada por Joaquim Lebreton.



Vista do Morro de Santo Antônio, atual Largo da Carioca, segundo Taunay (1816). Fonte: Multirio.

A política externa

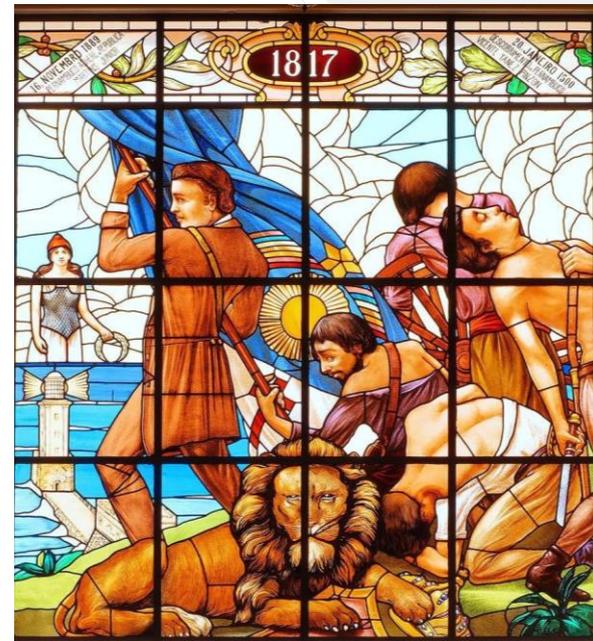
- ❑ Em resposta à invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, D. João ordenou a **ocupação de Caiena** (Guiana Francesa) em 1809, que permanece sob domínio português até 1815.

- ❑ Também interveio na região platina, ao sul do continente, em 1811 e 1816. Nesta última, **anexou a Cisplatina**, que corresponde ao atual Uruguai.



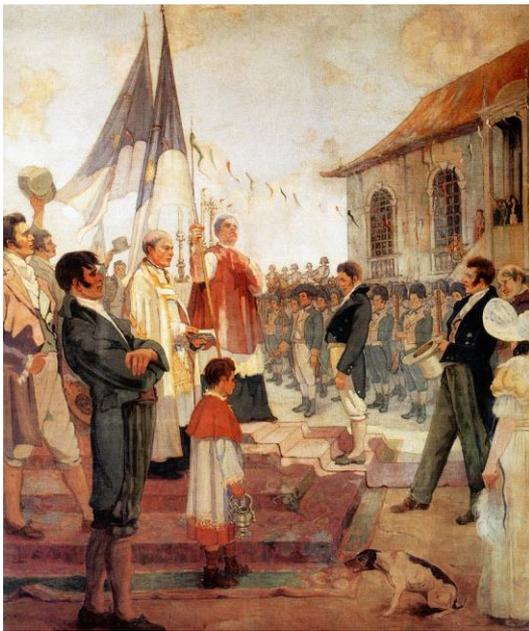
A Revolução Pernambucana de 1817

- ❑ A transferência da Corte para o Rio de Janeiro legou altos impostos para as províncias.
- ❑ Grande seca de 1816: onda de fome e prejuízos para agricultores
- ❑ Queda dos preços do açúcar e do algodão, principais produtos exportados pelo Nordeste.
- ❑ As ideias iluministas se propagaram entre membros das elites. Os revoltosos derrubaram o governador, extinguiram impostos e aumentaram soldos.



A Revolução Pernambucana de 1817

- ❑ O governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, enviou tropas para conter os revoltosos, mas foram derrotadas.
- ❑ Foi criado um governo provisório, chamado de Conselho de Estado. Ele instituiu a liberdade de consciência, liberdade de imprensa, tolerância religiosa e a defesa da propriedade privada. A escravidão foi mantida.
- ❑ D. João combateu violentamente os revoltosos com o envio de tropas e navios. Os líderes do movimento – entre eles, Teotônio Jorge, padre Pedro de Sousa Tenório, Antônio Henriques e José de Barros Lima – foram condenados à morte.



A Revolução Liberal do Porto (1820)

- ❑ Após a derrota de Napoleão na Europa, D. João deu provas de que pretendia continuar no Brasil.

- Em 1815, em resposta às demandas do Congresso de Viena, ele **elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarve**. Com isso, o Brasil adquiria autonomia administrativa, deixando de ser uma colônia de Portugal.

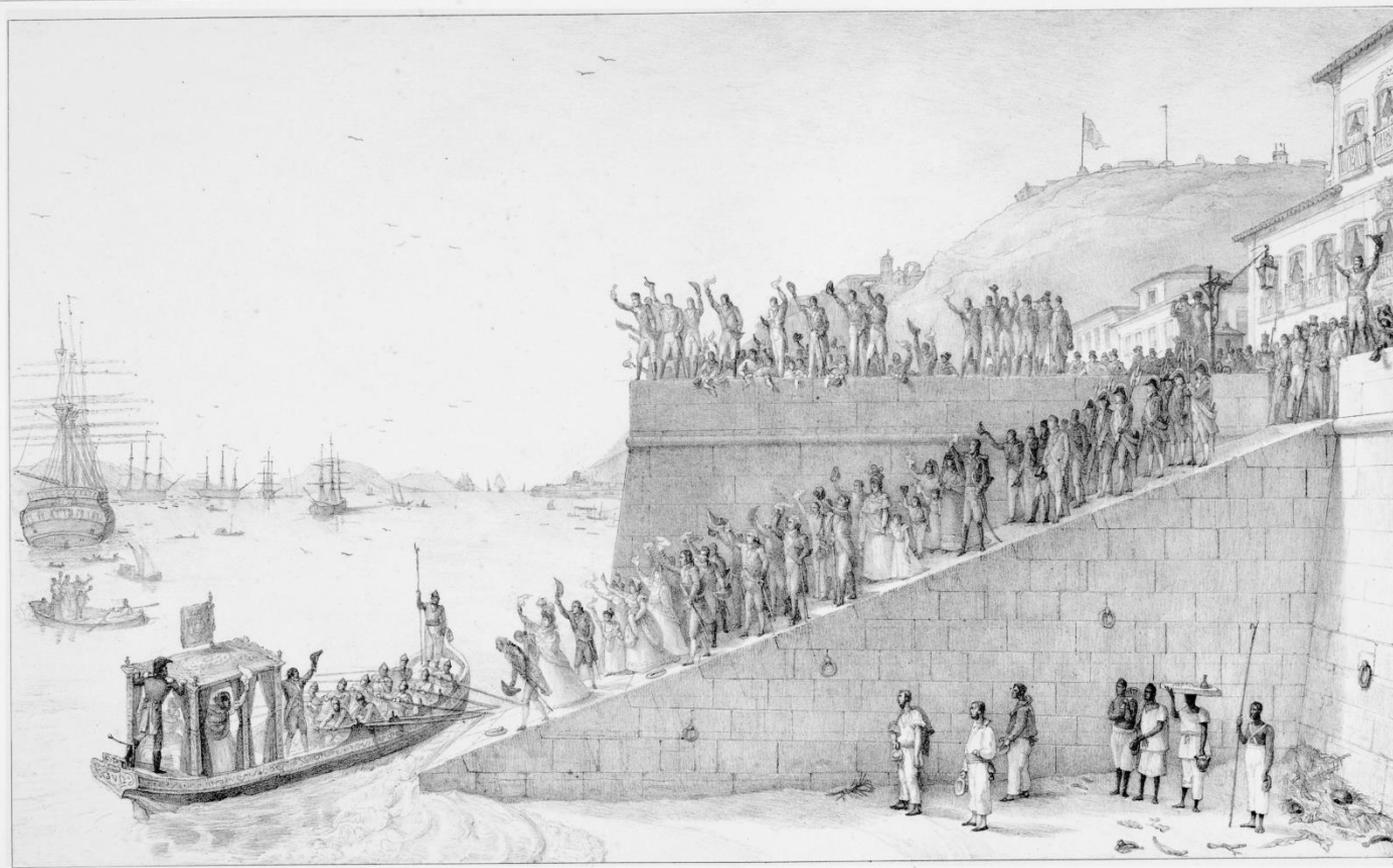
- Em fevereiro de 1818, dois anos após a morte de D. Maria I, foi coroado D. João VI em solo brasileiro.

- ❑ Em Portugal, os súditos de D. João VI mantiveram-se governados pelo Lorde Beresford, um inglês.



A Revolução Liberal do Porto (1820)

- ❑ Um movimento eclodiu na cidade de Porto, reunindo comerciantes, militares e membros do clero. Orientado por ideias liberais, eles exigiam o retorno do rei, que teria seus poderes limitados por uma Constituição.
- ❑ A Revolução Liberal do Porto repercutiu no Brasil, conquistando o apoio do Pará e da Bahia. Em Salvador, uma junta governativa chegou a ser formada, que jurou fidelidade à Constituição que ainda seria formulada.
- ❑ Em 26 de abril de 1821, D. João cedeu às pressões das Cortes e retornou para Portugal, deixando seu filho, D. Pedro, como regente do Brasil.
- ❑ Logo, ficaria claro para os brasileiros as pretensões das Cortes em retirar a autonomia administrativa e comercial conquistada durante o período joanino, o que os levaria a cogitar a independência.





A ruptura política

CN 2020

Prof. Marco Túlio

O Dia do Fico

- ❑ Ao final de 1821, as Cortes emitiram decretos ordenando o retorno imediato de D. Pedro a Portugal, a obediência das províncias a Lisboa e a extinção dos tribunais instalados no Brasil. No Rio de Janeiro, a decisão das Cortes era apoiada pelo **Partido Português**.

PROJETO DE RECOLONIZAÇÃO DO BRASIL

- ❑ Surge o **Partido Brasileiro**, que reunia homens de diversas posições políticas, mas que se reúnem em torno de D. Pedro para convencê-lo a enfrentar a decisão das Cortes.
- ❑ O grupo político entregou ao príncipe uma petição que 8 mil assinaturas que pediam para que permanecesse no Brasil. Ele decidiu acatar o pedido, ficando este dia conhecido como o **Dia do Fico**. O documento foi entregue pelo presidente do senado, José Clemente Pereira.
- ❑ Em maio de 1822, D. Pedro determinou que qualquer decreto das Cortes só poderia ser executado mediante o **“Cumpra-se”**, assinado por ele. No mesmo mês, recebeu do Senado o título de **Defensor Perpétuo do Brasil**.

A Independência

- ❑ Em 07 de setembro de 1822, foi proclamada oficialmente a independência do Brasil, na cidade de São Paulo.
- ❑ Ao regressar ao Rio de Janeiro, o príncipe foi aclamado imperador, sendo coroado com o título de D. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822.
- ❑ Beneficiou os grandes proprietários de terra e grandes comerciantes, sem alterar as condições sociais da maioria da população.



A proclamação da Independência, de François-René Moreaux, 1844. Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro.

A Independência



Resistências internas

- ❑ A guerra da independência foi longa e desgastante. Durou 21 meses, entre fevereiro de 1822 e novembro do ano seguinte. Nesse período, milhares de pessoas perderam a vida em roças, morros, mares e rios em que se travou o conflito.
- ❑ O número de combatentes foi maior do que o das guerras de libertação da América espanhola na mesma época. Só na Bahia mais de 16.000 brasileiros e aproximadamente 5.000 portugueses trocaram tiros durante um ano e quatro meses. No Piauí, foram derrotados na **Batalha do Jenipapo**, ocorrida em março de 1823.
- ❑ De acordo com Laurentino Gomes, é razoável supor que a Guerra da Independência brasileira custou entre 2.000 e 3.000 vítimas. Na Bahia, brasileiros enfrentaram os portugueses nas ruas de Salvador e na **Batalha do Pirajá**, travada nos arredores da cidade. Os portugueses foram expulsos da Bahia após serem cercados no litoral pela Marinha brasileira, a mando do mercenário escocês, **Lorde Cochrane**.



- ❑ Regressando ao Rio de Janeiro, os navios embarcaram tropas e rumaram para Salvador, que estava dominada pelo exército do **General Madeira de Melo** e pela esquadra do **Almirante João Feliz Pereira Campos**.
- ❑ Nossa força naval estava sob a chefia de **Lord Thomas Cochrane**, almirante inglês, contratado juntamente com outros oficiais e 500 marinheiros, para guarnecer os navios de nossa recém-criada Marinha.
- ❑ Nas **Províncias do Norte, Nordeste e na Cisplatina**, as Juntas de Governo continuavam leais às Cortes de Lisboa. Foi necessária, então, a ação da Marinha para evitar a fragmentação do país e garantir a consolidação da Independência.
- ❑ Assim, a 14 de novembro de 1822, dois meses após sua proclamação, fazia-se ao mar a primeira esquadra brasileira, rumo a Montevideú, com a missão de expulsar as forças que lutavam para manter a Província Cisplatina sob o domínio português.

Resistências internas

- ❑ Na Bahia, os navios portugueses já eram hostilizados pela flotilha de canhoneiras organizada e comandada pelo Patrão-Mor da Capitania dos Portos, João Francisco de Oliveira Bottas, que usava como base a Ilha de Itaparica.
- ❑ A 4 de maio, a esquadra de Cochrane, composta de uma nau, três fragatas, duas corvetas e seis brigues, chegava ao Recôncavo.
- ❑ Com a Nau Pedro I e a Corveta Maria da Glória , voltou a bloquear a baía. Diante da escassez de víveres, resultante do bloqueio, e da permanente ameaça dos ataques brasileiros, Madeira de Melo resolveu abandonar a Bahia
- ❑ Enquanto isso, Cochrane, só com a Nau Pedro I, dirigira-se para o Maranhão e penetrara na baía de São Luiz, arvorando a bandeira portuguesa. Recebido pelo Brigue D. Miguel, apresou-o e determinou que fosse informado à Junta Governativa que, ao largo, estava toda a esquadra brasileira. O estratagema fez os portugueses se renderem e aceitarem a subordinação ao Império.

O reconhecimento externo

- ❑ Os Estados Unidos foi o primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil.
- ❑ Os primeiros soberanos a reconhecer a independência brasileira foram dois reis africanos: o obá Osenwede, do Daomé (atual Benim), e o olugum Ajan, de Lagos. Ambos eram grandes exploradores de escravos.
- ❑ O governo de Portugal, em um primeiro momento, não quis reconhecer a independência do Brasil. A Inglaterra, por sua vez, tinha interesse, mas esperava o reconhecimento dos lusos. Assim, resolveu mediar as negociações entre Brasil e Portugal, que só aceitou após os ex-colonos se comprometerem a indenizá-lo com 2 milhões de libras.
- ❑ Em 1825, foi assinado entre Portugal e Brasil o Tratado de Paz e Aliança, por meio do qual a independência era formalmente reconhecida. No mesmo ano, a Inglaterra e demais nações europeias também reconheceram a independência brasileira.



O Primeiro Reinado - PARTE I

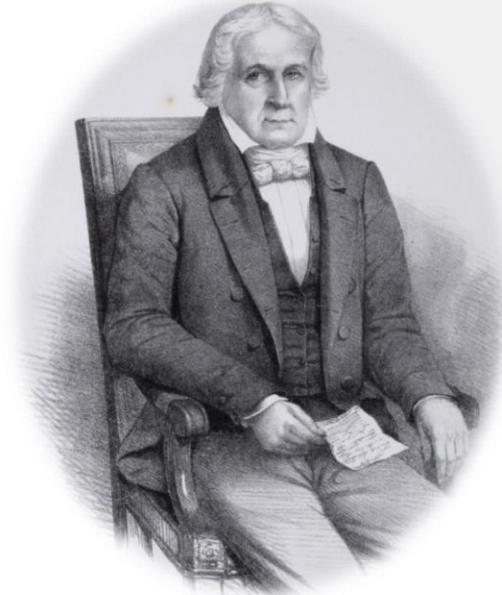
CN 2020

Prof. Marco Túlio

Correntes políticas

- ❑ **Partido Português:** burocratas, militares e grandes comerciantes portugueses. Colonialistas.

- ❑ **Partido Brasileiro (2 grupos):** defensores da liberdade econômica e da autonomia administrativa. Anticolonialistas que atuaram na imprensa e em lojas maçônicas.
 - Grandes proprietários de terras e de escravizados. Grupo encabeçado por **José Bonifácio de Andrada**, que ficaria conhecido como “Patriarca da Independência”. Limitação dos poderes do monarca e garantia de direitos individuais.
 - **Liberais radicais:** grupo composto por profissionais liberais (médicos, professores, jornalistas, pequenos comerciantes e padres). Defensores de medidas democratizantes. Seu principal nome era Gonçalves Ledo.



A Constituinte de 1823

- ❑ Em junho de 1822, quando D. Pedro ainda era o príncipe regente do Brasil, foram convocadas eleições para formar uma Assembleia que elaboraria uma Constituição para o Brasil.
- ❑ Foram eleitos 90 membros em 14 províncias. Entre eles, 26 bacharéis em Direito, 19 sacerdotes, 7 militares e alguns médicos, proprietários rurais e funcionários públicos.
- ❑ A comissão elaborada por redigir o projeto constitucional era liderada por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio.



O imperador recebe seus ministros, por Debret. Fonte: UFPR.

A Constituição da Mandioca

- ❑ O projeto apresentava forte sentimento antilusitano, afinal proibia que portugueses ocupassem cargos públicos de representação nacional (deputado, senador);
- ❑ Também almejava a limitação do poder do imperador, na medida em que o impedia de dissolver o Parlamento e demandava que as Forças Armadas só poderiam se submeter às ordens do Legislativo.

ELEIÇÃO INDIRETA:

- ❑ Estabelecia que os eleitores de primeiro grau (paróquia) deveriam ter uma renda mínima equivalente a 150 alqueires de mandioca, e os eleitores de província, 250 alqueires. Para serem eleitos, os cidadãos tinham que possuir uma renda correspondente a 500 (deputado) e 1000 (senador) alqueires de farinha de mandioca.

Deixava o país nas mãos dos “cidadãos-proprietários” do Partido Brasileiro, excluindo portugueses, radicais e o povo.

A Noite da Agonia e a dissolução da Constituinte

- ❑ Após o jornal Sentinela da Liberdade, dos irmãos Andrada, publicar um artigo anônimo contrário á incorporação de militares portugueses no exército brasileiro, oficiais lusos espancaram o farmacêutico Davi Pamplona, suspeito de ser o autor do texto.
- ❑ A Assembleia Constituinte se declarou em sessão permanente no dia 11 de novembro de 1823, exigindo do governo punição dos ataques promovidos pelos portugueses contra os brasileiros.

NOITE DA AGONIA

- ❑ No dia seguinte, o imperador ordenou a dissolução da Assembleia e forçou os irmãos Andrada a se exilarem na Europa.
- ❑ Apoiado pelo Partido Português, **outorgou uma nova Constituição**, em 25 de março de 1824.

A Constituição de 1824

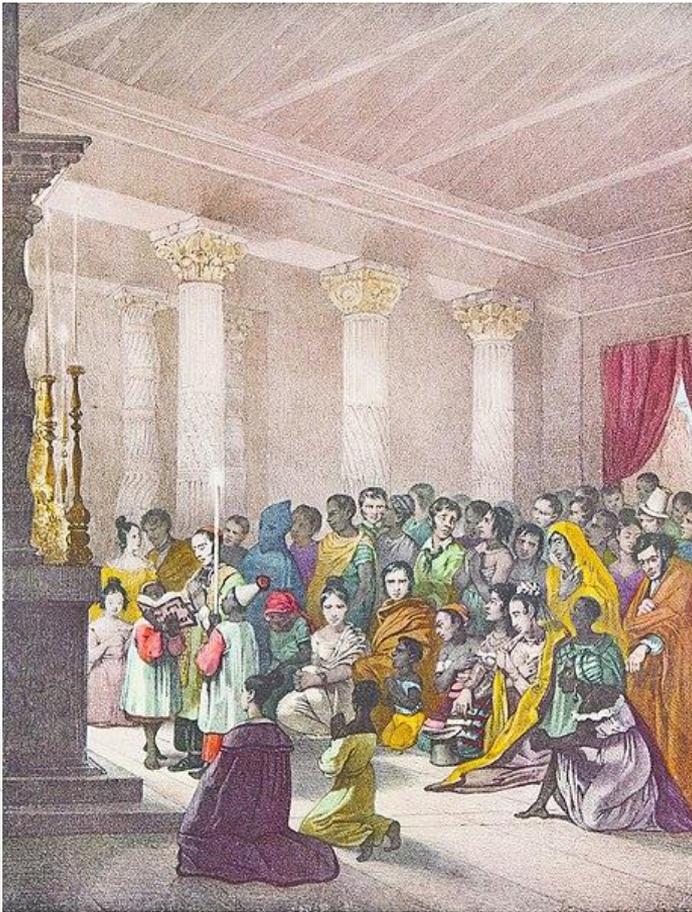
- ❑ Instituição do **poder moderador**, de competência exclusiva do imperador. Por meio dele, o monarca interferia nos demais poderes, nomeando e demitindo ministros e presidentes de província, dissolvendo a Câmara dos Deputados, escolhendo juizes e senadores e se comprometendo com certas atribuições de Justiça.
- ❑ Estabeleceu que o Legislativo seria dividido em Senado, cujos membros teriam mandato vitalício, e Câmara dos Deputados, eleita para um mandato de quatro anos.
- ❑ A forma de governo se definia como uma **monarquia hereditária e constitucional**, com a **administração centralizada no Rio de Janeiro**.
- ❑ Prevalecendo o **voto censitário**, eram excluídos de participação os homens menores de 25 anos e os com renda mínima anual inferior a 100 mil réis, mulheres, indígenas e escravos.



NOVAES, Carlos Eduardo e LOBO, César. *História do Brasil para principiantes: de Cabral a Cardoso, quinhentos anos de novela*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998

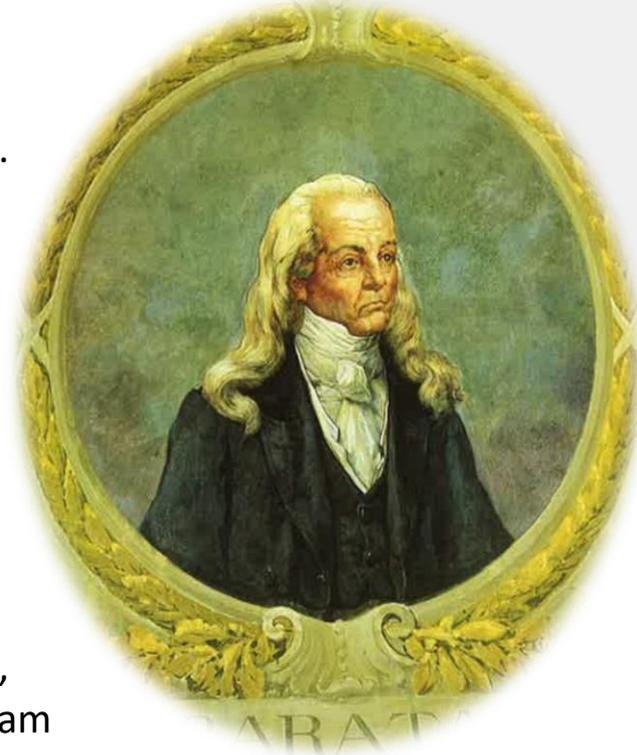
O Padroado

- ❑ Catolicismo se manteve como religião oficial do Brasil
- ❑ A relação entre Igreja e Estado era regulada pelo regime de padroado:
 - Clérigos remunerados pelo Estado;
 - Imperador escolhia os nomes que preencheriam diversos cargos eclesiásticos e regulava as bulas papais (decretos) que seriam aplicados no Brasil.



A Confederação do Equador (1824)

- ❑ O autoritarismo de D. Pedro I, manifestado com a imposição da Constituição de 1824, provocou reações em Pernambuco, onde eclodiu uma revolta denominada **Confederação do Equador (1824)**.
- ❑ Um de seus principais líderes, o frei carmelita Joaquim do Amor Divino Rebelo, o Frei Caneca, dizia que o poder moderador era “a chave-mestra da opressão da Nação Brasileira”.
- ❑ Outro líder do movimento era o jornalista baiano **Cipriano Barata**, que havia participado da Conjuração Baiana, da Revolução Pernambucana e da Independência do Brasil.
- ❑ Os rebeldes buscavam a implantação de uma **República federalista**, ou seja, com maior autonomia para as províncias. Também defendiam o fim do tráfico de escravos, o que estimulou a participação de homens livres e pobres.



A Confederação do Equador (1824)

- ❑ O movimento se espalhou para outras províncias do Nordeste, como Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.
- ❑ As elites abandonaram o movimento diante da defesa da igualdade social e do fim do tráfico negreiro.
- ❑ Para conter a revolta, foi enviada uma esquadra liderada por lorde Chochrane, e uma força terrestre comandada pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva.
- ❑ Diversos líderes do movimento foram presos e condenados à morte, como Frei Caneca. Manuel Pais de Andrade, antigo presidente da província de Pernambuco e líder do movimento, conseguiu fugir.



NOVAES, Carlos Eduardo e LOBO, César. *História do Brasil para principiantes: de Cabral a Cardoso, quinhentos anos de novela*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998



O Primeiro Reinado - PARTE II

CN 2020

CRISE

Prof. Marco Túlio

A Guerra da Cisplatina (1825-1828)

- ❑ Sob a liderança de João Antônio Lavalleja, um movimento de libertação da região da Cisplatina foi articulado com apoio dos argentinos.
- ❑ Diante disso, o governo do Brasil declarou guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina)
- ❑ Mediado pela Inglaterra, um acordo foi assinado entre os dois países, determinando que o território formaria um país independente – **República Oriental do Uruguai**.
- ❑ A principal consequência do conflito foi o agravamento da crise econômico-financeira do Brasil, afetando a credibilidade do Imperador.

FALÊNCIA DO BANCO DO BRASIL (1829)

A questão dinástica em Portugal

- ❑ Após a morte de D. João VI, em março de 1826, D. Pedro era o legítimo herdeiro do trono português.
- ❑ Temendo serem recolonizados por Portugal, as elites liberais brasileiras se opuseram à ideia de que o imperador acumulasse as duas coroas, o que o levou a renunciar ao trono luso em favor de sua filha, Maria da Glória.
- ❑ D. Miguel, irmão de D. Pedro, se comprometeu a assumir o trono como regente até que a sobrinha completasse a maioridade, mas proclamou-se rei de Portugal por meio de um golpe de Estado.
- ❑ O envio de tropas por D. Pedro para derrubar o usurpador aumentou sua impopularidade no Império.

A crise política e o Sete de Abril

- ❑ Em novembro de 1830, foi assassinado o jornalista Líbero Badaró, um dos principais opositores do governo da imprensa. Sua morte causou desconfianças e protestos dos brasileiros.
- ❑ Em Ouro Preto (MG), D. Pedro foi recebido friamente pelos seus habitantes, que exaltaram a memória do jornalista assassinado por um partidário do imperador.
- ❑ Embates entre portugueses (“pés-de-chumbo”) e brasileiros (“pés-de-cabra) se tornavam cada vez mais acentuadas na Corte. Em março de 1831, os dois grupos se atacaram nas ruas do Rio de Janeiro, em um episódio que ficou conhecido como **Noite das Garrafadas**.

A crise política e o Sete de Abril

- ❑ Para reverter a crise, organizou, em março de 1831, o Ministério Brasileiro. Em seguida, o dissolveu, nomeando em seu lugar o Ministério dos Marqueses, de viés absolutista.
- ❑ O Exército e parcelas das elites da terra forçaram D. Pedro I a abdicar do trono em favor e seu filho, Pedro de Alcântara. Mais de duas mil pessoas se juntaram em praça pública no Rio de Janeiro.
- ❑ Sem saída, D. Pedro I abdicou do trono no dia 07 de abril de 1831, em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara.



O processo de emancipação política do Brasil

- ❑ O episódio ficou conhecido como a **Revolução do Sete de Abril**, e para muitos de seus contemporâneos, representou a ruptura definitiva com Portugal.

1808

Fim do pacto
colonial

1815

Elevação do
Brasil à
condição de
Reino Unido

1822

Ruptura
política formal
com a
metrópole

1831

Abdicação do
último
governante
português

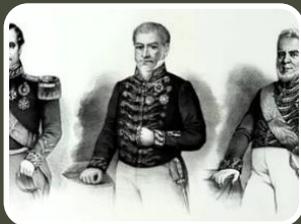




O PERÍODO REGENCIAL

CN 2020

Prof. Marco Túlio



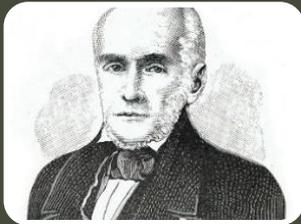
REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA

- Abril-julho de 1831.
- País governado por Nicolau de Campos Vergueiro, José Joaquim de Campos (marquês de Caravelas) e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva.



REGÊNCIA TRINA PERMANENTE

- 1831-1834
- Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz.



REGÊNCIAS UNAS

- Regência Una de Feijó (1835-1837)
- Regência Una de Araújo Lima (1837-1840)

Os partidos políticos do período

GRUPO POLÍTICO	PRETENSÕES	CARACTERÍSTICAS
Restaurador ou caramuru	Defendia a volta de D. Pedro I ao Brasil. Contrário a reformas socioeconômicas, era favorável à centralização monárquica.	Liderado por José Bonifácio , o grupo era formado por comerciantes portugueses, militares conservadores e altos funcionários públicos. Contava com o jornal O Caramuru como veículo de divulgação de suas ideias.
Liberal moderado ou chimango	Defendia a ordem vigente, baseada na monarquia e na escravidão, fontes dos privilégios de seus membros. Opunha-se à volta do ex-imperador e defendia o governo centralizado no Rio de Janeiro e a manutenção da unidade territorial do Brasil.	O grupo era formado por membros da aristocracia rural que atuavam no governo regencial. Seus principais líderes eram o padre Feijó, o jornalista Evaristo da Veiga e o político Bernardo Pereira de Vasconcelos.
Liberal exaltado ou jurujuba	Era o grupo de tendência mais radical dentro do cenário político. Defendia a autonomia das províncias e a descentralização do poder imperial.	Composto por proprietários rurais, membros das classes médias urbanas e militares. Os membros mais radicais eram republicanos. Entre seus líderes, destacava-se Cipriano Barato.

Fonte: DORIGO; DORIGO; VICENTINO, p. 616.

A Regência Trina Permanente

- ❑ Neste período, a figura política de maior destaque era o ministro da Justiça, padre **Antônio Feijó**.
- Idealizada a **Guarda Nacional**, milícia de cidadãos criada para defender a Constituição, a ordem pública e a unidade do Império.
- Criação do **Código do Processo Criminal**, que garantiu maiores atribuições aos juízes de paz.

- ❑ Aprovação do **Ato Adicional (1834)**
 - criação das **Assembleias Legislativas Provinciais**,
 - **extinção do Conselho de Estado**,
 - transformação do Rio de Janeiro em município neutro;
 - **adoção do modelo uno de regência**, sendo estabelecido mandato de quatro anos para o cargo de regente.



A Regência Trina Permanente

- ❑ A partir da criação do Ato, a classe política se organizou em dois grupos:
 - os **progressistas**, antigos liberais exaltados favoráveis à autonomia provincial e à descentralização política;
 - os **regressistas**, moderados e caramurus que se unem em defesa da centralização política e da unidade do Império.

- ❑ O primeiro regente uno foi o **padre Feijó**, que exerceu seu mandato entre 1835 e 1837. Sua passagem pelo cargo foi marcada por grandes turbulências, o que o levou à renúncia.

- ❑ O cargo foi ocupado por **Pedro de Araújo Lima**, líder dos regressistas.
 - Seu governo (1837-1840) aprovou a **Lei de Interpretação do Ato Adicional** (1840), que diminuiu a autonomia das províncias ao retirar algumas prerrogativas de suas Assembleias.
 - Reviu a descentralização da Justiça promovida pelo Código Criminal



REGRESSO



AS REVOLTAS REGENCIAIS

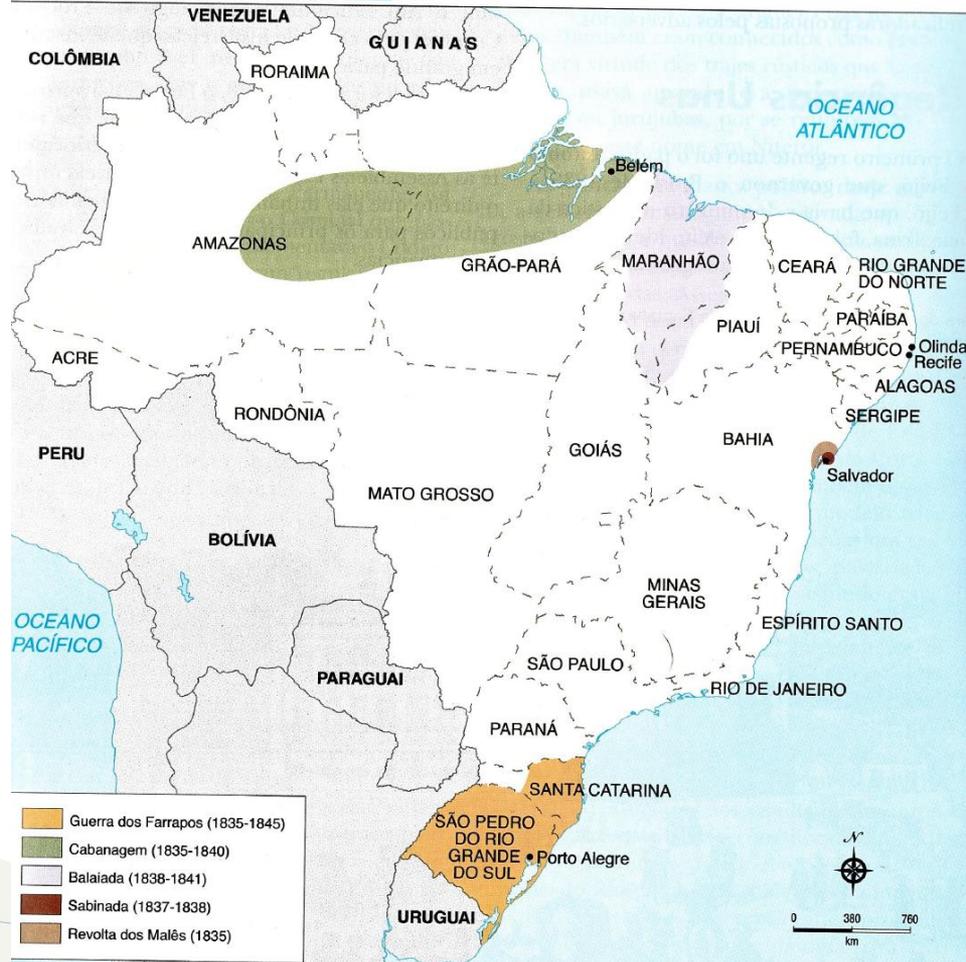
CN 2020

Prof. Marco Túlio

- ❑ Entre 1831 e 1848, a unidade territorial foi posta à prova por diversas rebeliões que eclodiram por todo o Império.
- ❑ As primeiras foram movimentos de tropa e povo, ou seja, contaram com a participação de oficiais e das camadas populares. Eram levantes urbanos contra o alto custo de vida e a desvalorização da moeda, geralmente bastante hostis aos portugueses (antilusitanismo) devido à sua predominância no setor comercial de algumas partes do país.
- ❑ A segunda onda de revoltas foi mais diversificada, resultado da descentralização político-administrativa legada pelo Ato Adicional (1834). A maioria delas chegou a penetrar nas matas e regiões longínquas dos centros urbanos, o que as tornava ainda mais difíceis de serem sufocadas.

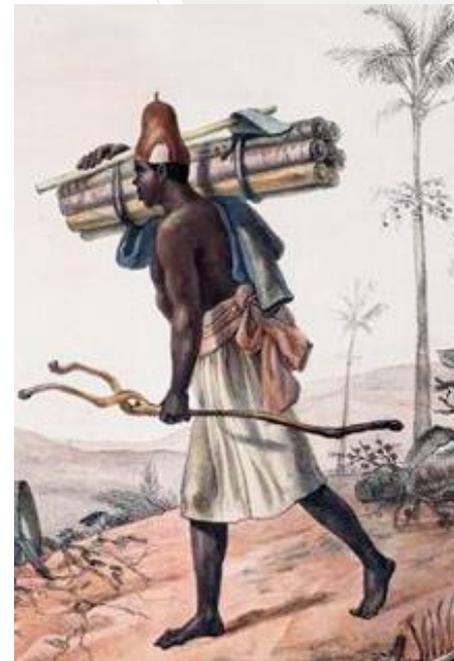


Conflito	Duração	Localização	Principais participantes
A Revolta dos Malês	1835	Salvador, Bahia	Escravos
Cabanagem	1835-1840	Pará	Camponeses, indígenas e escravos
Guerra dos Farrapos	1835-1845	Rio Grande do Sul	Estancieiros e charqueadores
Sabinada	1837-1838	Salvador, Bahia	Povo e tropa
Balaiada	1838-1841	Maranhão	Proprietários, camponeses e escravos.



A Revolta do Malês (1835)

- ❑ Ocorrida em Salvador, foi a maior revolta de escravos de nossa história.
- ❑ A frente do levante estava a **Sociedade dos Malês**, nome dado à comunidade de africanos islamizados, que sabiam ler e escrever em árabe. A maioria deles era de origem étnica iourubá-nagô, jeje e hauçá.
- ❑ Os revoltosos seguiram o protocolo militar dos muçulmanos: não saquearam casas ou atacaram proprietários, confrontando apenas grupos armados organizados para contê-los.
- ❑ De acordo com um dos participantes, seu objetivo era eliminar todos os brancos e pardos da cidade, instaurando uma ordem islamizada e mantendo escravos de outras etnias na mesma condição.
- ❑ Cerca de 70 rebeldes morreram em combate pelas ruas da capital baiana, enquanto outros 500 foram severamente punidos com castigos físicos, degredos, prisões ou morte.



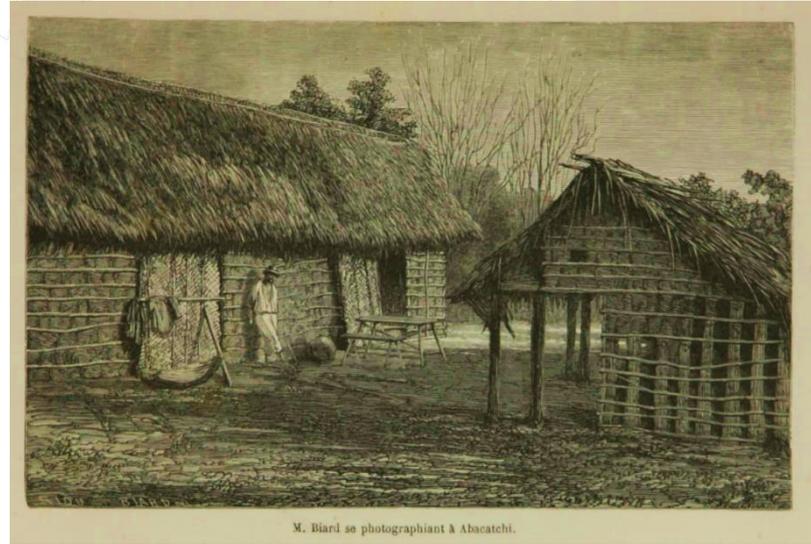
*Escravo muçulmano, por Debret, 1835.
Fonte: Impressões rebeldes.*

Cabanagem (1835-1840)

- ❑ Em 7 de janeiro de 1835, eclodiu na província do Grão-Pará uma revolta liderada por Antônio Vinagre e outros membros das elites locais, na qual se reivindicava **maior participação nas decisões do governo central**.
- ❑ Com apoio de indígenas tapuios, cabanos (moradores de precárias habitações) e negros, os revoltosos tomaram o palácio em Belém e assassinaram o presidente da província. Sua participação se deve à **situação de miséria e injustiça social** a que se encontrava a província.
- ❑ As camadas pobres envolvidas com o movimento não estavam dispostas a baixar armas até que mudanças reais fossem implementadas. Escravos amarraram senhores em troncos para castigá-los, enquanto indígenas assassinaram comandantes que os recrutavam à força.
- ❑ Embasadas pelas ideias dos liberais exaltados, as bandeiras erguidas pelos rebeldes eram as do **fim da escravidão e o direito à autonomia local**.

Cabanagem (1835-1840)

- ❑ Clemente Malcher e Francisco Vinagre foram governadores cabanos, mas ambos buscaram negociar com o governo regencial.
- ❑ Quando o governo imperial recuperou a cidade de Belém, em maio de 1836, os cabanos partiram para o interior da província, onde foram perseguidos e assassinados pelas tropas governistas.
- ❑ Acredita-se que entre 30% e 40% da população do Grão-Pará foi exterminada no conflito, sendo que na época o número total de habitantes não passava dos 100 mil.
- ❑ Foi o primeiro movimento popular a chegar no poder.



M. Biard se photographiant à Abacatchi.

A Farroupilha (1835-1845)

- ❑ Também conhecida como Guerra dos Farrapos, ocorreu na província do Rio Grande do Sul e foi protagonizada por membros das elites. Foi o movimento mais longo do período regencial.
- ❑ A criação de gado e a produção de charque eram as principais atividades econômicas da região, mas há muito estancieiros e charqueadores reclamavam que seus produtos eram mais taxados que os oferecidos pela Argentina e Uruguai.
- ❑ Em 1834, Antônio Rodrigues Fernandes Braga foi nomeado presidente da província pelo governo regencial, nome que desagradou os proprietários locais pela sua política tributária.
- ❑ Os estancieiros reivindicavam mais autonomia para elegerem seus próprios representantes, o que levou Braga a organizar tropas para conter qualquer ato de rebeldia.

A Farroupilha (1835-1845)

- ❑ A revolta se iniciou em setembro de 1835, liderada por Bento Gonçalves, considerado o nome ideal para a presidência da província, o fazendeiro Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi
- ❑ Os rebeldes ficaram conhecidos como farroupilhas devido aos trajes esfarrapados, mas a palavra também passou a significar liberais radicais.
- ❑ Em 1836, os estancieiros tomam o poder e proclamam a **República Rio-Grandense (ou Piratini)**, sendo **mantidos o voto censitário e a escravidão**. Depois de três anos de conflito, os farroupilhas alcançam a província de Santa Catarina, local de fundação da **República Juliana**.
- ❑ Em 1840, após a ascensão de Pedro II ao trono brasileiro, um acordo de paz foi negociado entre **o barão de Caxias** e os revoltosos, no qual o governo se comprometeu a conceder anistia a todos os participantes, elevar impostos sobre o charque vindo de outras regiões e aliviar a produção nacional. Os escravos que lutaram no conflito foram alforriados, enquanto os oficiais farroupilhas foram incorporados no Exército brasileiro.

Sabinada (1837-1838)



- ❑ Pouco tempo depois da Revolta do Malês, Salvador foi palco de uma nova revolta, dessa vez protagonizado pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha. Ela contou com a adesão das camadas médias da cidade.
- ❑ O estopim para o movimento foi o recrutamento forçado da população, em 1837, para combater os farroupilhas gaúchos.
- ❑ Apoiado por soldados, Sabino depôs o presidente da província em 7 de novembro de 1837, proclamando a **República Bahiense**. Contudo, a ideia é que ela perduraria até a maioria de D. Pedro.
- ❑ **O principal elemento que contribuiu para a eclosão do movimento foi a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1837)**, que diminuía a autonomia provincial da Bahia e demais regiões do país.
- ❑ Tropas foram enviadas do Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas para conter os rebelados, resultando em conflitos que deixaram mais de mil mortos e milhares de presos. Sabino, líder do movimento, foi capturado e levado preso para o Mato Grosso.

Balaiada (1838-1841)

- ❑ A província do Maranhão passava por uma grave crise econômica durante a primeira metade do século XIX, resultado da decadência da produção de algodão iniciada durante a Era pombalina.
- ❑ A disputa entre cabanos (conservadores) e bem-te-vis (liberais), principais grupos políticos da região, se intensificou quando Vicente Pires de Camargo, presidente da província e partidário dos cabanos, propôs a chamada “lei dos prefeitos”.
- ❑ O estopim da revolta se deu em dezembro de 1838, quando o boiadeiro **Raimundo Gomes (“Cara Preta”)**, trabalhador em uma fazenda de um bem-te-vi, teve um alguns de seus homens presos sob o pretexto de que estavam sendo recrutados para cumprir serviço militar. Na mesma ocasião, seu irmão também foi encarcerado ao ser acusado de homicídio.
- ❑ Na época, o subprefeito que ordenou a prisão era José do Egito, um cabano adversário do patrão de Raimundo Gomes. O boiadeiro resolveu invadir a cadeia para libertar o irmão e outros presos, partindo para o interior da província.

Balaiada (1838-1841)

- ❑ Conquistando metade do norte da província, o movimento passa a contar com novas lideranças, como o ex-escravo **Comes Bento das Chagas**, chefe um quilombo, e **Manuel Francisco dos Anjos Ferreira**, fabricante de balaios que buscava se vingar de um capitão cabano que havia abusado de suas duas filhas.
- ❑ Na cidade de Caxias, uma junta provisória foi organizada com bem-te-vis, apoiados pelos balaios. Os políticos exigiram do governo provincial a revogação da lei dos prefeitos, anistia de todos os participantes da Balaiada, expulsão dos portugueses e que fossem integrados ao Exército com os postos que integravam no movimento.
- ❑ Foram ignorados pelo governo e duramente combatidos por tropas lideradas pelo barão de Caxias.



OBS: Luís Alves de Lima e Silva, o barão de Caxias, participou da repressão de duas revoltas regenciais: a Farroupilha e a Balaiada.

O golpe da maioria

- ❑ Para muitos membros da elite letrada da época, a antecipação da maioridade de D. Pedro II, na época com 14 anos de idade, era a única solução para pacificar as revoltas que assolavam o território brasileiro durante os governos regenciais.
- ❑ A ideia foi capitaneada principalmente por políticos liberais (progressistas) de oposição a **regência de Araújo Lima (1837-1840)**, que ambicionavam retornar ao poder junto com o jovem imperador coroado. Ele se organizaram no **Clube da Maioridade**, também conhecido como Clube da Joana.
- ❑ Dessa maneira, em 24 de julho de 1840 é aprovado o **Golpe da Maioridade**, que levou à coroação de D. Pedro em julho de 1841 e o retorno dos liberais ao poder.



RESUMO: Partidos políticos

1822

PARTIDO PORTUGUÊS

1831

RESTAURADORES

1834

REGRESSISTAS

1840

**Partido
Conservador**

PARTIDO BRASILEIRO

- Conservadores

LIBERAIS MODERADOS

- Liberais radicais

LIBERAIS RADICAIS

PROGRESSISTAS

**Partido
Liberal**

Exercícios CN – BRASIL IMPÉRIO I



1. (2019/CN)

Leia o texto a seguir.

“Assim, a 14 de novembro de 1822, dois meses após sua proclamação, fazia-se ao mar a primeira esquadra brasileira, rumo a Montevidéu, com a missão de expulsar as forças que lutavam para manter a Província Cisplatina sob o domínio português.”

<https://www.marinha.mil.br/content/historia-naval>

Sobre o contexto da criação da primeira esquadra brasileira, é correto afirmar que ela teve como objetivo

A) reimplantar o comércio marítimo brasileiro que era dependente de navios portugueses e de seus comerciantes que controlavam os portos nacionais.

B) combater e expulsar as principais forças militares fiéis ao governo português existentes em algumas províncias que dificultavam a organização interna do Brasil independente.

C) conquistar a Província Cisplatina dos portugueses e torná-la uma república independente, libertando o novo Estado uruguaio do jugo opressor dos europeus.

D) promover a escolta de navios mercantes no oceano Atlântico que se encontrava repleto de corsários estrangeiros que não reconheciam a independência do Brasil.

E) libertar todos os povos de outras colônias do domínio português, promovendo a independência da Cisplatina, de Angola e de Moçambique.

2. (2018/CN)

Observe o trecho abaixo e responda a questão a seguir. “Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil” Laurentino Gomes.

O Trecho, de Laurentino Gomes, autor de 1808, refere-se a um momento que foi decisivo para a ruptura do Pacto Colonial sobre o Brasil. Entre os diversos acordos e medidas relacionadas a esse momento podemos citar EXCETO:

- a) a assinatura do Tratado de 1810 com a Inglaterra que, a partir de novas tarifas alfandegárias, garantiam privilégios econômicos aos ingleses no Brasil.
- b) o estabelecimento do ato de 1º de abril de 1808, onde foi ratificado o Alvará de 1792 que estabelecia a abertura dos portos às Nações Amigas, assim que a realeza chegasse ao Brasil.
- c) a assinatura, em 1810, de tratados com a Inglaterra, onde entre outros itens, dispunha sobre a liberdade de culto.
- d) a criação da Imprensa Real, da Academia Real Militar, da Academia de Belas-Artes, da Biblioteca Real, além das escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.
- e) a assinatura, por D. João, da lei de dezembro de 1815 elevando o Brasil a categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves.

3. (2017/CN)

Observe a charge a seguir:

É correto afirmar que a charge acima faz referência

- a) à Constituição de 1824, na qual destacamos, entre outros aspectos, a criação do Poder Moderador de uso exclusivo do Imperador que também era chefe do legislativo e do judiciário.
- b) ao período das Regências, mais precisamente a Regência Una do Padre Diogo Feijó a qual se caracterizou por ser de orientação mais liberal e descentralizadora.
- c) ao início do Segundo Reinado, quando D. Pedro II sobe ao poder, a partir de um arranjo político entre Liberais e Conservadores que ficou conhecido como Golpe da Maioridade.
- d) ao período das Regências, destacando-se o momento da implantação da Regência Una que substituiu a Regência Trina Provisória de 1831, tendo a frente o Padre Diogo Feijó.
- e) à convocação da Assembleia Constituinte de 1823, a qual foi dissolvida pelos Conservadores no que ficou conhecido como noite da agonia, por se tentar limitar os poderes do imperador.



4. (2014/CN)

Sobre a Guarda Nacional, é correto afirmar que:

- a) foi criada logo após o início da Guerra do Paraguai e complementou o efetivo brasileiro, destacando-se na batalha do Curupaiti.
- b) era um corpo de elite do Exército brasileiro, também conhecido como "Voluntários da Pátria" e que se tornou famoso devido à repressão aos cabanos.
- c) era uma força paramilitar, criada durante o Primeiro Reinado, e que teve uma importante participação na consolidação da independência brasileira.
- d) era formada por milícias civis, comandadas pelos grandes fazendeiros, e um de seus objetivos era reprimir movimentos sociais que ameaçassem o governo e as elites.
- e) foi criada pelo ministro da justiça Antônio Feijó e foi extinta durante o Segundo Reinado, após participar de vários motins ocorridos no Rio de Janeiro.

5. (2012/CN)

Em março de 1808, a família real, acompanhada da corte portuguesa, chegou à cidade do Rio de Janeiro, onde permaneceria por treze anos. Esse período na História do Brasil, denominado Joanino, foi marcado por profundas mudanças que afetaram a vida das pessoas e a política portuguesa em relação ao Brasil. Dentre as medidas políticas adotadas por D. João, destacou-se a assinatura, em 1810, de tratados com a Inglaterra: o tratado de Aliança e Amizade e o de Comércio e Navegação. Sobre esses tratados, é correto afirmar que visavam

- a) a revogação dos decretos que proibiam a instalação de manufaturas na colônia.
- b) a criação das Assembleias dos Escabinos que permitiam a participação política das elites agrárias.
- c) a concessão de tarifas alfandegárias mais baixas (15%) às mercadorias inglesas importadas pelo Brasil.
- d) o tratamento jurídico igualitário tanto para com os ingleses quanto para com os portugueses no Brasil.
- e) a vinda de uma missão artística inglesa para retratar a fauna e a flora brasileiras.

6. (2012/CN)

O primeiro Reinado (1822-1831) caracterizou-se inicialmente por um enfrentamento político entre o Imperador D. Pedro I e a aristocracia rural brasileira, cujos interesses se faziam representar na Assembleia Constituinte, em torno da questão do poder. A respeito desse embate e de suas consequências, é correto afirmar que

- a) o anteprojeto constitucional de 1823, resultado dos trabalhos da Assembleia Constituinte, previa a formação de quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.
- b) a Constituição de 1824 estabelecia que o Legislativo seria dividido em Senado, cujos membros teriam mandato vitalício, e Câmara dos Deputados, eleita para um mandato de quatro anos.
- c) o anteprojeto constitucional de 1823, também denominado de "Constituição da Mandioca", não previa o voto censitário para as futuras eleições.
- d) a Constituição de 1824 estabelecia uma monarquia hereditária constitucional e representativa com ampla autonomia das províncias (hoje chamadas de Estados).
- e) o anteprojeto constitucional de 1823 previa a ampla participação popular nas eleições, garantindo, inclusive, o voto feminino.

7. (2011/CN)

A 12 de Agosto de 1834, depois de longos debates na Assembleia Geral, foi promulgado o Ato Adicional à Constituição do Império, preparado por comissão especial liderada pelo deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, que promoveria uma série de mudanças institucionais no país. Em relação ao Ato Adicional de 1834 é correto afirmar que:

- a) tratava-se de uma reforma constitucional comprometida com a total descentralização, reforçando o ideal federalista caracterizado por uma maior autonomia das províncias, fato este evidenciado pela criação das Assembleias Legislativas Municipais.
- b) foi um instrumento político típico de conciliação, pois ao mesmo tempo que reforçava o federalismo, com a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, mantinha a centralização através da Regência Una.
- c) caracterizou-se pelo estabelecimento de um município neutro, que seria a cidade do Rio de Janeiro, pela extinção do Conselho de Estado, reduto político do partido português, e pela vitaliciedade da Câmara e do Senado.

7. (2011/CN)

A 12 de Agosto de 1834, depois de longos debates na Assembleia Geral, foi promulgado o Ato Adicional à Constituição do Império, preparado por comissão especial liderada pelo deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, que promoveria uma série de mudanças institucionais no país. Em relação ao Ato Adicional de 1834 é correto afirmar que:

- d) ao estabelecer a autonomia política, administrativa e judiciária das províncias, através da criação das Assembleias Legislativas Municipais, acabava com a figura do juiz de paz, representante do judiciário que era indicado pelo imperador para cada Município.
- e) teve como prioridade reformar a Constituição de 1824, estabelecendo a Regência Una, eleita pelas assembleias provinciais de todo o país, e a criação do conselho de Estado cuja finalidade era auxiliar o regente em termos políticos.

8. (2010/CN – Adaptada)

" A revolta de 1835, também chamada a ' grande insurreição' , foi o ponto culminante de uma série que vinha desde 1807. A revolta desses escravos islamizados, em consequência, não será apenas uma eclosão violenta mas desorganizada, apenas surgida por um incidente qualquer. Será, pelo contrário, planejada nos seus detalhes, precedida de todo um período organizativo(...). Reuniam-se regularmente para discutirem os planos de insurreição, muitas vezes juntamente com elementos de outros grupos do centro da cidade.(...) O movimento vinha sendo articulado também entre os escravos dos engenhos e os quilombolas da periferia. (. . .) O plano não foi cumprido na íntegra porque houve delação. (...) os escravos, vendo que tinham de antecipar a revolta, lançaram-se à carga de qualquer maneira. (...) Derrotada a insurreição, os seus líderes se portaram dignamente."

(Moura, Clóvis. Os Quilombos e a Rebelião Negra. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 63-69.)

Sobre a rebelião escrava relatada no texto, é correto afirmar que:

- a) foi comandada por Ganga Zumba que planejava implantar um território livre no Recôncavo Baiano. nessa rebelião, chamada de Revolta dos Malês, participaram escravos de diversas etnias que pretendiam implementar uma ordem islâmica.
- b) nessa rebelião, chamada de Revolta dos Malês, participaram escravos de diversas etnias que pretendiam acabar com a escravidão na Bahia.

8. (2010/CN - Adaptada)

" A revolta de 1835, também chamada a ' grande insurreição' , foi o ponto culminante de uma série que vinha desde 1807. A revolta desses escravos islamizados, em consequência, não será apenas uma eclosão violenta mas desorganizada, apenas surgida por um incidente qualquer. Será, pelo contrário, planejada nos seus detalhes, precedida de todo um período organizativo(...). Reuniam-se regularmente para discutirem os planos de insurreição, muitas vezes juntamente com elementos de outros grupos do centro da cidade.(...) O movimento vinha sendo articulado também entre os escravos dos engenhos e os quilombolas da periferia. (. . .) O plano não foi cumprido na íntegra porque houve delação. (...) os escravos, vendo que tinham de antecipar a revolta, lançaram-se à carga de qualquer maneira. (...) Derrotada a insurreição, os seus líderes se portaram dignamente."

(Moura, Clóvis. Os Quilombos e a Rebelião Negra. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 63-69.)

Sobre a rebelião escrava relatada no texto, é correto afirmar que:

- c) a revolta ocorreu devido à intolerância religiosa, já que os escravos foram impedidos de praticar sua religião, o Candomblé.
- d) seu líder Zumbi dos Palmares, após longa resistência às tropas do governo, acabou sendo preso e enforcado e o quilombo foi destruído.
- e) nessa rebelião, denominada Conjuração Baiana, os revoltosos queriam a independência do Brasil e o fim da escravidão.

9. (2009/CN)

Leia o texto abaixo.

A Guarda Real de Polícia

No início do século XIX, como consequência da campanha Napolêônica de conquista do continente europeu, a Família Real portuguesa, juntamente com sua corte, decidem se mudar para o Brasil. Aqui chegando, a Corte instalou-se na cidade do Rio de Janeiro iniciando a reorganização do Estado no dia 11 de março de 1808, com a nomeação de Ministros. (...)

(...) Em 13 de maio de 1809, (...) D. João VI criou a **Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte (DMGRP)**, sendo esta formada por 218 guardas com armas e trajes idênticos aos da Guarda Real da Polícia de Lisboa.

(Adaptado de <http://www.policiamilitar.rj.gov.br/historia.asp>)

Em 2009 comemora-se os 200 anos da Polícia Militar. Ela surgiu a partir da criação da Guarda Real de Polícia. Pode-se afirmar que a mesma surge no momento em que

- a) a cidade do Rio de Janeiro transformava-se na sede da administração portuguesa, passando por um conjunto de mudanças que visavam adaptá-la a sua nova funcionalidade.
- b) a chegada da Família Real portuguesa representava uma ameaça para a cidade que sofria o risco iminente de invasão pelas tropas de Napoleão Bonaparte, através da Guiana Francesa.

9. (2009/CN)

A Guarda Real de Polícia

No início do século XIX, como consequência da campanha Napolêônica de conquista do continente europeu, a Família Real portuguesa, juntamente com sua corte, decidem se mudar para o Brasil. Aqui chegando, a Corte instalou-se na cidade do Rio de Janeiro iniciando a reorganização do Estado no dia 11 de março de 1808, com a nomeação de Ministros. (...)

(...) Em 13 de maio de 1809, (...) D. João VI criou a **Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte (DMGRP)**, sendo esta formada por 218 guardas com armas e trajes idênticos aos da Guarda Real da Polícia de Lisboa.

(Adaptado de <http://www.policiamilitar.rj.gov.br/historia.asp>)

Em 2009 comemora-se os 200 anos da Polícia Militar. Ela surgiu a partir da criação da Guarda Real de Polícia. Pode-se afirmar que a mesma surge no momento em que

- c) se observava o aumento do número de quilombos nos arredores da cidade, onde se destacava o Quilombo de Palmares, sendo necessário homens preparados para recuperar os escravos fugitivos e reempossá-los aos seus senhores legítimos
- d) a presença da Corte criava um grande contingente de pessoas desocupadas na cidade e que foram responsáveis pela Revolta do Vintém, em função do desemprego gerado pela abertura dos portos às nações amigas.
- e) a chegada da Família Real provocava uma revolta popular entre os moradores da cidade, que foram expulsos de suas casas, as quais foram demolidas para dar lugar a construção da nova sede do governo português.

10. (2007/CN)

GRUPO POLÍTICO	PRETENSÕES	CARACTERÍSTICAS
Restaurador ou caramuru	Defendia a volta de D. Pedro I ao Brasil. Contrário a reformas socioeconômicas, era favorável à centralização monárquica.	Liderado por José Bonifácio, o grupo era formado por comerciantes portugueses, militares conservadores e altos funcionários públicos. Contava com o jornal <i>O Caramuru</i> como veículo de divulgação de suas ideias.
Liberal moderado ou chimango	Defendia a ordem vigente, baseada na monarquia e na escravidão, fontes dos privilégios de seus membros. Opunha-se à volta do ex-imperador e defendia o governo centralizado no Rio de Janeiro e a manutenção da unidade territorial do Brasil.	O grupo era formado por membros da aristocracia rural que atuavam no governo regencial. Seus principais líderes eram o padre Feijó, o jornalista Evaristo da Veiga e o político Bernardo Pereira de Vasconcelos.
Liberal exaltado ou jurujuba	Era o grupo de tendência mais radical dentro do cenário político. Defendia a autonomia das províncias e a descentralização do poder imperial.	Composto por proprietários rurais, membros das classes médias urbanas e militares. Os membros mais radicais eram republicanos. Entre seus líderes, destacava-se Cipriano Barato.

Dos diversos momentos, durante o período das regências (1831-1840), as divergências entre os indivíduos de posses quanto à forma de governar o Brasil, de modo a preservar seus interesses, originaram três tendências políticas, dentre as quais pode-se citar o grupo

- (A) liberal exaltado ou chimango, que defendia a ordem vigente, baseada na monarquia centralizada e na escravidão como forma de fortalecer sua posição enquanto produtores rurais no Brasil.
- (B) restaurador ou caramuru, que defendia a volta de D. Pedro I ao Brasil, sendo formado por comerciantes portugueses, militares conservadores e altos funcionários públicos.
- (C) liberal exaltado ou caramuru, de tendência conservadora, defendiam a submissão das províncias garantindo, com isso, um governo centralizado nas mãos do imperador.
- (D) liberal moderado ou chimango, que defendia a volta de D. Pedro I ao Brasil e contava com o jornal *O Liberal* como veículo de divulgação de suas ideias.
- (E) restaurador ou caramuru, que defendia unicamente a ordem vigente, baseada na monarquia e na escravidão, sendo liderado por José Bonifácio.

11. (2006/CN)

Ao proclamar a independência em 7 de setembro de 1822, D. Pedro concluiu um longo processo de emancipação, iniciado em 1808 com a vinda da família real portuguesa, e deu início a uma nova era caracterizada, entre outros aspectos, pela adoção

- (A) da forma monárquica de governo baseada nos princípios do liberalismo e autonomia provincial.
- (B) de uma monarquia absolutista baseada no Poder Moderador e na defesa da classe burguesa em ascensão no Brasil.
- (C) de uma monarquia absolutista e pela preservação dos interesses dos cafeicultores, principalmente do oeste paulista.
- (D) da forma monárquica parlamentar de governo com autonomia provincial e pela defesa da elites latifundiárias.
- (E) da forma monárquica de governo e preservação dos interesses básicos dos proprietários de terras e de escravos.

12. (2006/CN)

No ano de 1824, foi outorgada a primeira Constituição Brasileira que apresentou, entre outras determinações, a

- (A) submissão do poder legislativo e moderador diante do poder executivo, sendo este unicamente exercido pelo imperador.
- (B) autonomia das províncias e municípios, legalizando-se a formação regionalizada do país, seguindo-se, inteiramente, o modelo adotado nos Estados Unidos.
- (C) participação política de todos os cidadãos, com exceção dos escravos, no processo eleitoral da época.
- (D) predominância do poder político do imperador sobre os demais, tendo, como instrumento para tal, o Poder Moderador.
- (E) criação do Poder Moderador para conjuntamente trabalhar com o Poder Legislativo, visando à manutenção da estabilidade política do país.

13. (2005/CN)

O resultado da Assembleia das Cortes de Lisboa, após a Revolução Liberal do Porto, foi um marco importante para a consolidação do processo de Independência do Brasil. Os constituintes das Cortes de Lisboa tomaram decisões no sentido de

- (A) defender o liberalismo do Império Português, segundo os princípios europeus, e transmití-lo para cada colônia portuguesa, o que permitiu a Independência do Brasil sem maiores traumas.
- (B) restabelecer a monarquia absoluta em Portugal, afastando o governo provisório do lorde inglês Beresford e exigindo o retorno de D. João VI, que mantém o seu filho D. Pedro I como Imperador do Brasil.
- (C) ampliar as conquistas adquiridas com a Revolução liberal do Porto para todo o Império Português, o que fez D. João VI retornar às pressas para Portugal, além de forçar D. Pedro a declarar a Independência do Brasil antes que os revolucionários a fizessem.
- (D) beneficiar o partido português que detinha membros espalhados por todo o Império, de modo a evitar o retorno da monarquia portuguesa.
- (E) defender o liberalismo em Portugal, segundo os moldes europeus, ao mesmo tempo em que buscavam retomar o pacto colonial, desagradando a elite do Brasil de tal forma que ela buscou apoio de D. Pedro em sua luta contra a recolonização.

14. (2005/CN - Adaptada)

Em 1835, depois de sucessivas rebeliões, desde o início do século, quase dois mil negros e mulatos insurgiram-se em Salvador, tomaram quartéis e praticamente ocuparam a cidade. Havia entre eles escravos e libertos. Eram na maioria adeptos do islamismo e de origem étnica hauçá e nagô. Lutavam pelo fim da escravidão, da propriedade particular da terra e do caráter oficial e exclusivo da religião católica. Temendo que se repetisse na Bahia a "revolução do Haiti" (as lutas dos negros haitianos contra a escravidão e a dominação colonial francesa), as autoridades usaram de extrema violência contra o movimento, que terminou com centenas de prisões, deportações e execuções sumárias.

O texto acima refere-se a uma insurreição ocorrida durante o período das regências, que ficou conhecida como a

- (A) Sabinada.
- (B) Insurreição Baiana.
- (C) Revolta dos Malês.
- (D) Balaiada.
- (E) Cabanagem.

15. (2005/CN)

Entre 1835 e 1845, ocorreu a Revolução Farroupilha na região Sul do Brasil. Esse conflito teve por origens, entre outros motivos,

- (A) a abdicação de D. Pedro I, que colocou frente a frente os monarquistas gaúchos com as tropas imperiais sob o comando regencial do padre Feijó.
- (B) as disparidades regionais provocadas pelo processo de descentralização política, o qual foi gerado pelo Ato Adicional de 1834 cuja aprovação foi o resultado de intensa negociação entre Moderados, os chamados Chimangos e Conservadores denominados Caramurus.
- (C) A centralização político-administrativa no país que, sobretudo durante as regências, afetou de forma particular as relações políticas do Sul com o poder central, além do aumento da carga fiscal prejudicando principalmente a produção do charque.
- (D) a descentralização política motivada pela revogação do Ato Adicional de 1834, revoltando as províncias que mantinham forte dependência com o governo central, o qual passou a se omitir na questão fiscal de cada região, como o foi o caso do charque gaúcho.,
- (E) a ascensão de D. Pedro II, que despertou a revolta das províncias que desejavam o acontecimento do regime republicano, como foi o caso de Pernambuco durante a Revolução Praieira de 1838.



Obrigado



profmarco.tulio



@profmarcotulio



/marcotulio.gomes.186

Prof. Marco Túlio



Estratégia

Militares